

A INCLUSÃO DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA/IFRO – O QUE DIZEM AS PESQUISAS CIENTÍFICAS

RODRIGUES, Ricardo Allan de Carvalho ¹

RESUMO: A inclusão dos estudantes com deficiência requer a organização equitativa da acessibilidade na EPT. Este estudo visa refletir sobre as condições da inclusão do público da Educação Especial no Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, cuja análise considerou as dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2009). A investigação foi estruturada, para discussões sobre os resultados encontrados, da seguinte forma: a) verificar a acessibilidade física e comunicacional; b) analisar a acessibilidade pedagógica; c) refletir sobre a acessibilidade atitudinal. Os dados foram analisados sob a perspectiva qualitativa. A pesquisa observou que, apesar de avanços, a oferta da acessibilidade ainda é precarizada, existe a percepção de carência na formação continuada de professores e identifica-se a necessidade de ações contra o capacitismo sobre as pessoas com deficiências. A pesquisa orienta para a necessidade de que sejam realizados novos estudos que considerem os investimentos do Ministério da Educação Especial no IFRO, em relação à formação de gestores, professores, comunidade escolar, bem como os referentes à acessibilidade física e pedagógica. Com isso, espera-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas complementares, segundo as características demandadas localmente nesse instituto federal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva; Educação profissional; Instituto Federal de Rondônia.

ABSTRACT: The inclusion of students with disabilities requires the equitable organization of accessibility in EPT. This study aims to reflect on the conditions of inclusion of the Special Education public at the Instituto Federal de Rondônia (IFRO). This was a bibliographical research, whose analysis of these dimensions of accessibility was proposed by Sasaki (2009). The investigation was structured to expand on the results found as follows: a) Verify physical and communicational accessibility; b) analyze pedagogical accessibility; c) reflect on attitudinal accessibility. The data were analyzed from a qualitative perspective. The research observed that, despite the advances, the provision of accessibility is still precarious; there is a perception of lack of continuing education for teachers and the need for actions against ableism regarding people with disabilities. The research points to the need for new studies to be carried out that consider the investments of the Ministry of Special Education in IFRO, in relation to the training of managers, teachers, and the school community, as well as those related to physical accessibility in pedagogy. With this, it is expected to contribute to the development of complementary public policies, according to the characteristics required locally in this federal institute.

KEYWORDS: Inclusive education; Professional education; Federal Institute of Rondônia.

¹ Mestre em Educação Profissional – Instituto Federal do Espírito Santos – IFES, Campus Vitória, rallanbr@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação e ao exercício de um trabalho digno são direitos fundamentais amparados na Constituição Federal (Brasil, 1988). A fim de efetivá-los, a Carta Magna e outros marcos legais da inclusão determinam ao Estado que, para o estudante com deficiência, os espaços educacionais devem garantir as condições de acessibilidade, disponibilização de professores e demais serviços que garantam as condições de acesso, permanência e aprendizagem, em condições de igualdade de condições aos demais.

Na Educação Profissional, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia — IF visam promover o desenvolvimento de ações que garantam a inclusão social das pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social. Assim sendo, as matrículas de estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) propuseram novos desafios, tanto na Educação Básica de nível médio quanto no ensino técnico e tecnológico (Zerbato; Vilaronga; Santos, 2021).

Para Paseto, Glasmeyer, Cossi e Gonsalves (2024), a oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na região amazônica tem potencial de promover progresso econômico, prosperidade social, manutenção da biodiversidade, empreendedorismo local, combinação de saberes tradicionais e práticas modernas, além do aumento da permanência de jovens nas escolas e melhora dos índices educacionais da região. Nesse cenário, destaca-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada através da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. No entanto, Santos e Mori (2024) refletem que a Educação Especial numa perspectiva inclusiva ainda não logrou êxito nos Institutos Federais, sendo uma temática que ainda tem muito a avançar.

As autoras observam a existência nos Institutos Federais de um discurso pautado em um ideário de educação inclusiva. No entanto, elas identificam que, todavia, busca-se a superação dos obstáculos arquitetônicos, sociais e pedagógicos, evidenciando-se a necessidade de uma política nacional, pautada em investimentos voltados para a capacitação, construção de escolas com arquitetura inclusiva e

contratação de profissionais que possam atender e acompanhar os estudantes conforme as suas especificidades.

Ribeiro (2020), o conceito de acessibilidade transcende as questões físico-arquitetônicas, contemplando outras dimensões. Segundo o autor, o conceito de acessibilidade voltada, inicialmente, apenas para a supressão de barreiras arquitetônicas, vem se alargando, sugerindo a eliminação de quaisquer barreiras, sejam físico-arquitetônicas ou psicossociais, que possam se constituir em entraves para a inclusão educacional, profissional, social, das pessoas com deficiências permanentes ou temporárias.

Para a consolidação da inclusão escolar, autores como Sasaki (2009) consideram a acessibilidade como uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Nesse sentido, o autor considera a acessibilidade escolar em seis dimensões: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, etc.), instrumental (sem barreiras em instrumentos, ferramentas, utensílios, etc.). Além dessas, outras são dimensionadas pelo autor, como a acessibilidade programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas, etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

Este estudo visa avaliar, considerando as dimensões de acessibilidade (Sasaki, 2009), a inclusão do público da Educação Especial no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), a partir da análise de pesquisas científicas publicadas sobre o tema. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de estudos disponibilizados em plataformas como a da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, entre outros, analisados sob a perspectiva qualitativa. A pesquisa é conduzida a partir da seguinte estruturação: a) verificar a acessibilidade física e comunicacional; b) analisar a acessibilidade pedagógica; c) refletir sobre a acessibilidade atitudinal.

2 METODOLOGIA

O objetivo geral que fundamenta esse estudo consiste em avaliar, a partir das dimensões de acessibilidade (Sasaki, 2009), a inclusão do público da Educação Especial no IFRO, a partir da análise de pesquisas científicas publicadas sobre o tema. O IFRO é uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, atuando também na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade.

Territorialmente, o Instituto Federal de Rondônia está presente em vários municípios do estado, ofertando Educação presencial em 11 (onze) unidades. Elas são formadas por 01 (uma) Reitoria, 09 (nove) Campi e 01 (um) Campus Avançado, 44 polos em parceria com prefeituras e 12 polos em parceria com a CAPES (Universidade Aberta do Brasil - UAB) no Estado de Rondônia, 11 polos em Paraíba, 1 polo em Pernambuco, 2 polos em Minas Gerais e 1 um polo internacional em Guayaramerín — Bolívia (Brasil,2024).

A investigação é orientada pela pesquisa bibliográfica, baseada na análise de pesquisas científicas sobre a inclusão de estudantes com deficiência no IFRO, nos últimos dez anos (2015–2025), disponibilizadas em plataformas como CAPES, SciELO, Google Acadêmico. Pizzani, Silva, Bello e Hayashi (2012) descrevem que a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas.

O primeiro levantamento bibliográfico utilizou descritores como: “inclusão no IFRO”; “educação profissional de estudantes com deficiência no IFRO”; “desafios da inclusão no IFRO”, dentre outros. Nessa etapa, foram selecionadas 12 publicações, compreendidas entre artigos científicos e dissertações. A seguir foram realizadas leituras dos resumos, resultados, discussões e conclusões desses estudos, observando que os seus objetivos fossem restritos à análise ou práticas de inclusão de estudantes do público da Educação Especial no IFRO. Como resultado, foram selecionados 4 estudos, conforme descrito no quadro abaixo:

Tabela 01 – Pesquisas selecionadas que tratam sobre a inclusão

N.º	AUTORES	TÍTULO	OBJETIVO
1	ANTUNES, Cleuza Diogo.	<i>Acessibilidade e Inclusão na Biblioteca do Instituto Federal de Rondônia.</i>	Analisar a acessibilidade na Biblioteca do IFRO Campus Porto Velho .
2	COSTA, Michele Gomes Noé da	<i>A Inclusão pelo Olhar do Incluído: a acessibilidade nos campi do instituto federal de Rondônia (IFRO).</i>	Analisar as representações de como ocorre a inclusão a partir da visão da comunidade escolar.
3	SILVA JÚNIOR, Genival Gomes da	<i>Materiais Didáticos para o Ensino de Química: especificidades para os estudantes com o transtorno do espectro autista (TEA).</i>	Identificar as principais dificuldades encontradas pelos professores de Química durante o trabalho dos conteúdos específicos desta disciplina com os estudantes diagnosticados com o Transtorno do Espectro Autista
4	SOUZA, Elizângela Aparecida.	<i>Evasão e Desafio da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Instituto Federal de Rondônia IFRO Campus Porto Velho Zona Norte.</i>	Analisar as causas da evasão do público da Educação Especial no IFRO Campus Porto Velho Zona Norte.

Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa (2025)

As pesquisas abrangem o total de 7 campi, do total de 9, que compõem o IFRO, entre eles o campus de Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Calama, Vilhena e Zona Norte. O público de estudantes da Educação Especial nas pesquisas apontadas é conformado por estudantes com deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência física, com Transtornos do Espectro Autista (TEA).

A interpretação dos dados tem por fundamento a análise qualitativa. Alves e Silva (1992) opinam que essa abordagem permite apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto. A preocupação metodológica do pesquisador ao trabalhar

com análise qualitativa reside na apreensão abrangente do fenômeno estudado, aliada à garantia de estar repassando um conhecimento crítico da realidade.

Para alcançar o objetivo geral, esta pesquisa contemplará as discussões da acessibilidade nos campi do IFRO, a partir dos seguintes objetivos específicos: 1) verificar a acessibilidade física e comunicacional; 2) analisar a acessibilidade pedagógica; 3) refletir sobre a acessibilidade atitudinal. Essas dimensões foram as escolhidas para a abordagem desta pesquisa, dentre as demais dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2009), em razão dos temas que as pesquisas selecionadas abordaram com mais ênfase.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Acessibilidade física e comunicacional

A acessibilidade física promove a adequação de espaços e a extinção de barreiras físicas e ambientais nos locais públicos e privados. Com isso, espera-se extinguir as barreiras de mobilidade e proporcionar os meios necessários para que as pessoas com deficiências consigam transitar com autonomia (Sasaki, 2009).

Por outro lado, a acessibilidade comunicacional consiste em oferecer recursos, atividades e bens culturais que promovam independência e autonomia aos indivíduos que necessitam de serviços específicos para acessar o conteúdo proposto. Audiodescrição, legendas, janela de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), impressões em braille e dublagem são alguns dos exemplos existentes (Ceará, 2024).

Na pesquisa de Antunes (2017), sobre a acessibilidade na biblioteca do campus de Ji-Paraná, a pesquisadora avaliou as adequações do local sob as dimensões de acessibilidade física e arquitetônica, comunicacional e informacional. Entre as principais barreiras encontradas, foi identificada a falta de acessibilidade física proporcionada pela estrutura física da biblioteca (precariedade na iluminação, falta de sanitários adequados, mobiliário para recepção, estudo, prateleiras do acervo literário demasiadamente altas, etc.).

A autora também pontuou a falta de acessibilidade na área exterior à biblioteca (estacionamento sem vaga para pessoa com deficiência próxima, danos no asfalto,

falta de piso tátil, rebaixamento do meio-fio, etc.), o que, segundo a autora, representa uma barreira à parte, a mais, para que os estudantes, com deficiência sensorial e física, em especial, possam frequentar o local.

A porta de entrada principal da Biblioteca, como é possível notar, não possui uma sinalização adequada para identificação por pessoas com baixa visão ou cegueira, pois não traz as informações em Braille e as informações de funcionamento estão localizadas acima do que é indicado pela norma. Além disso, não segue a orientação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em relação ao mecanismo de acionamento para abertura. Essa barreira é impeditiva também para os estudantes em cadeira de rodas, conforme relatos: “A Biblioteca é a questão da porta. Quando preciso descer lá e não tem ninguém por perto para ajudar a abrir, faço a volta e vou embora (Antunes, 2017, p.89).

Sobre os problemas de acessibilidade comunicacional e informacional, a pesquisa de Antunes (2017) também observa a falta de acessibilidade na disponibilização de acervos em formato acessível (braille, caractere ampliado, digital, etc.). Por outro lado, a autora ainda destaca que a biblioteca não dispõe de servidores habilitados em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e nem articulador orofacial para se comunicar com pessoas surdas ou que domine o braille, para o melhor atendimento aos estudantes cegos. Entre as consequências da falta da oferta da acessibilidade físico-pedagógica, a pesquisa registra o abandono a essa dependência escolar.

O aluno que deixa de vir na biblioteca porque aqui não tem acessibilidade, ele vai fazer sozinho, é uma outra situação. Os colegas dele estão aqui, o grupo dele está aqui e ele está em casa, uma situação. Acho que talvez essa seja mais preocupante, o isolamento é terrível, acho que essa de repente é mais preocupante do que em relação ao conteúdo (Antunes, 2017, p. 99).

Na pesquisa realizada por Costa (2016) sobre a acessibilidade arquitetônica nos campi de Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Calama e Vilhena, o autor descreve que, em uma visão abrangente, a observação simples demonstra que a acessibilidade é um tema a ser revisto no IFRO, principalmente nas edificações. Os campi são extensos, na maioria distantes do centro urbano, e, tirando o da capital, nem transporte público disponível para acesso à unidade existe, apenas

empresas terceirizadas, contratadas para esta atividade, fazem a rota em horários definidos. O acesso aos setores estratégicos da instituição é outro fator que carece de atenção, percebe-se que nos espaços como registros acadêmicos, direção-geral de ensino e biblioteca.

Segundo Oliveira e Sousa (2023), percebe-se que as barreiras de acessibilidade se ampliam para além do cunho de infraestrutura, comunicação, transporte, dentre outros, como estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Assim, quando, por negligência, omissão, o Estado não promove as condições equitativas de participação dos estudantes do público da Educação Escolar nos ambientes escolares, limita, viola-se seu direito a uma educação propedêutica, completa, que, no espaço da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), corresponde à formação acadêmica e profissional para o mundo do trabalho e exercício da cidadania.

Reflete-se que as políticas públicas de inclusão necessitam repensar e implementar de maneira cíclica a revisão e adequação de seus espaços, de modo a acolher as especificidades físico-comunicacionais, do contrário, promoverá sua segregação na ocupação de espaços educacionais e momentos de aprendizagem que deveriam ser destinados a todos. A estrutura do ambiente com acessibilidade torna-se de extrema importância para fornecer uma educação inclusiva, tornando o ambiente acessível para pessoas com limitações ou sem, de forma inclusiva, facilitando o uso diário dos elementos físicos presentes em cada situação (Maia, Paiva, Pereira, Silva, Silva e Mendes, 2020).

No entanto, contrastando com as colocações anteriores, a pesquisa de Souza (2022) aponta para o consenso, entre os estudantes com deficiência entrevistados em sua pesquisa, de que o campus Zona Norte possui uma das melhores estruturas do município de Porto Velho para atender Pessoas com Deficiência (PCD). Tal fato demonstra a possibilidade de os espaços educativos na EPT, quando consideram o planejamento, a atitude e o cumprimento da legislação inclusiva, transformarem-se em ambientes de acesso e participação democrática para todos os estudantes.

Um deles destacou que é difícil uma instituição de ensino que atenda PCD em suas múltiplas dimensões e que se preocupe com seu bem-estar. Tenho certeza de que, se um aluno com deficiência apresentar alguma dificuldade para se adaptar à

estrutura física, o IFRO terá olhar sensível para realizar a adequação necessária (Souza, 2022).

3.2 Acessibilidade pedagógica

Ribeiro (2022) reflete que a acessibilidade pedagógica está além das questões de locomoção, de adaptações, legislações, utensílios para a vida diária. Para a autora, ela deve garantir a autonomia do sujeito, independentemente de qual seja a sua situação, ao receber a informação e o que fazer com ela, em que essa informação pode contribuir para o desenvolvimento do próprio sujeito, que ele tenha a autonomia e condições de escolher se faz sentido ou não aquele conteúdo, experiência, prática.

O trabalho de Silva Júnior (2021), também realizado no campus de Ji-Paraná, buscou identificar as principais dificuldades encontradas pelos professores de Química durante o trabalho dos conteúdos específicos desta disciplina com os estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa destacou a importância da articulação dos professores de sala de aula junto aos profissionais que atuavam no Núcleo de Atendimento às Necessidades Específicas, na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI).

A pesquisadora define o PEI como um instrumento de planejamento e acompanhamento do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes com TEA e altas habilidades ou superdotação, cuja referência é a trajetória individual do estudante do público da Educação Especial. Esse instrumento deve ser construído pelos docentes e pela equipe escolar, envolvendo inclusive os pais e outros sujeitos sociais. Por meio do plano, foram registradas as experiências pedagógicas, em seus acertos e erros, destacando a aplicação de material didático flexibilizado, representando um aliado adequado ao ensino do conteúdo, para que os alunos com deficiência aprendessem significativamente.

Retomando ainda o estudo de Silva Júnior (2021), sobre a adaptação do ensino de Química a estudantes com TEA, a autora reflete ser necessário que exista formação de professores que desenvolva discussões, reflexões e práticas pedagógicas para além do viés metodológico e para conhecerem a realidade dos

alunos com deficiência. Para a pesquisadora, de alguma forma, essas experiências podem prepará-los para o trabalho de inclusão.

Magalhães, Castaman e Vieira (2020) observam que a chegada dos estudantes do público da Educação Especial às instituições públicas federais da EPT é recente e desafiadora, principalmente, para o planejamento educacional e para a prática pedagógica dos professores. Os autores consideram que o professor deve assumir-se em contínua formação e fomentar características tais como: criatividade, reflexão sobre a prática, criticidade, flexibilidade, autonomia e autoconhecimento, de modo a aproximá-lo mais da inclusão dos estudantes com necessidades específicas.

Costa (2016), sobre os campi do IFRO analisados em seu estudo, verifica que a falta de formação e a ausência de conhecimento dos profissionais responsáveis pelo docente refletem num atendimento que se constrói sem sistematização, pela prática docente. Santos e Mori (2024) também relatam que os apontamentos dos estudantes do campus da Zona Norte do IFRO quanto à necessidade de que o campus implemente ações de aperfeiçoamento dos professores para atuarem com pessoas com deficiência, por meio da promoção de formações periódicas.

Rodrigues e França (2022) ainda destacam que, ao lado da disponibilização da formação continuada, é igualmente importante que ocorra entre a comunidade escolar a troca e o registro das boas práticas de inclusão escolar de estudantes com deficiência. Segundo os pesquisadores, o uso de práticas exitosas em inclusão escolar constitui-se em experiências que foram analisadas, elaboradas e postas em prática, resultando na promoção de uma educação equitativa e inclusiva ao estudante da Educação Especial, matriculado na EPT.

A importância da ação articulada de toda a comunidade escolar na construção de estratégias para o aprendizado escolar do estudante do público da Educação Especial, reflete que os saberes em inclusão escolar devem abranger tanto os saberes elaborados pela pesquisa científica quanto valorizar e difundir os considerados saberes informais, conhecimentos que são validados no seu uso, oriundos de espaços formais e não formais de educação. Desse encontro de saberes em inclusão escolar, espera-se compreender a relação de

complementaridade e coesão entre o conhecimento advindo do estudo científico com o da vivência profissional e da visão de mundo desses profissionais, visando compartilhar essas experiências, como um dos norteadores para futuras formações internas das equipes que atuam nos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e dos demais profissionais inclusivos dos Institutos Federais - IFs (Rodrigues e França, 2020, p. 20).

3.3 Sobre a acessibilidade atitudinal

Distrito Federal (2024) conceitua a acessibilidade atitudinal como um conjunto de práticas, atitudes e comportamentos que promovem a plena participação de pessoas com deficiência na vida em sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. A investigação de Antunes (2017) identifica que, embora os profissionais escolares no campus auxiliares se mostraram sensíveis às necessidades dos usuários com deficiência, na prática, ainda persistem atitudes discriminatórias. As falas se repetem como se fossem lá de trás, né? Assim: mas eu estou formando um técnico, como que um técnico vai ser técnico em informática? Ele não vai poder enxergar, como é que um técnico em informática tem baixa visão? (Antunes, 2017).

Já os estudos de Souza (2022) afirmam que os participantes reconhecem que o preconceito existe, sim, mas que não passaram por situações pessoais que possam caracterizar discriminação ou preconceito, resultando na evasão de parte dos estudantes avaliados em sua pesquisa. Para esses estudantes entrevistados, é necessário fortalecer a equipe que trabalha com as pessoas com deficiência nas escolas, ao precisarem trabalhar a autoaceitação e a convivência coletiva destes estudantes, pois só assim haverá efetividade no processo de inclusão disponível para buscar conhecimento sobre a questão e contribuir com futuras melhorias.

As atitudes de preconceito contra a pessoa com deficiência podem ser entendidas atualmente como atos de capacitismo. Segundo Vendramin (2014), capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes. Conforme reflete a autora, muitas vezes o capacitismo está presente em

situações sutis e subliminares, acionado pela repetição de um senso comum que imediatamente liga a imagem da pessoa com deficiência a alguma das variações dos estigmas construídos socialmente, aos quais se está habituado e, por isso, tendem a não ser percebidos e questionados. Porém, quando o capacitismo é óbvio e visível, ele declara outra coisa, ele mostra o quanto esse preconceito ainda é naturalizado como se fosse aceitável ou inevitável.

Dos relatos, compreende-se que, ao lado da promoção da acessibilidade, não se limita apenas à disponibilização de meios de acesso físico, comunicacional ou mesmo à disponibilização de professores e profissionais de inclusão escolar qualificados para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). É necessário que os institutos federais também trabalhem a formação para a empatia, como saber de inclusão escolar. Para Rodrigues e França (2024), a empatia e a educação inclusiva dialogam entre si na EPT, ao considerar que o público da Educação Especial é um ser social, cuja interação também pertence ao mundo da educação e do trabalho. Assim, a partir da promoção da atitude empática da comunidade escolar, espera-se que sejam estimuladas a prática de ações que promovam, de forma sistêmica, ações que promovam a inclusão dos estudantes do público da Educação Especial, em todos os ambientes e atividades num instituto federal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visa refletir sobre as condições da inclusão do público da Educação Especial no IFRO. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, sob a perspectiva qualitativa. Entre suas conclusões, a pesquisa identificou que a inclusão de pessoas com deficiência nos campi do IFRO possui características e realidades diversificadas. Embora haja campus onde as condições de acessibilidade são avaliadas como adequadas, a maioria dos campi pesquisados ainda apresenta precariedade em relação à acessibilidade arquitetônica, comunicacional, bem como nas condições de transporte inacessíveis para o acesso aos campi.

A pesquisa observou que, apesar de avanços, a oferta da acessibilidade ainda é precarizada, existe a percepção de carência na formação continuada de professores

e identifica-se a necessidade de ações contra o capacitismo sobre as pessoas com deficiências. Assim, este estudo orienta para a necessidade de que sejam realizados novos estudos que considerem os investimentos do Ministério da Educação Especial no IFRO, em relação à formação de gestores, professores, comunidade escolar, bem como os referentes à acessibilidade física em pedagógica. Com isso, espera-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas complementares, segundo as características demandadas localmente no IFRO.

REFERÊNCIAS

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, [S.L.], n. 2, p. 61-69, jul. 1992. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x1992000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/yKQmzXgZMrdhBCMkdbYvJYj/?lang=pt>. Acesso em: 04 fev. 2024.

ANTUNES, Cleuza Diogo. **Acessibilidade e Inclusão na Biblioteca do Instituto Federal de Rondônia**. 2017. 163 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Educação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5377606. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em fev. 2025

_____. Instituto Federal de Rondônia – IFRO. **Breve Histórico da IES**, 2024. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/apresentacao> . Acesso em: 12 fev. 2024.

CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade. Universidade Federal do Ceará. **Acessibilidade Comunicacional: você já ouviu falar?. você já ouviu falar?**. 2024. Disponível em: <https://acessibilidade.ufc.br/pt/acessibilidade-comunicacional-voce-ja-ouviu-falar/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

COSTA, Michele Gomes Noé da. **A Inclusão pelo Olhar do Incluído: a acessibilidade nos campi do Instituto Federal de Rondônia (IFRO)**. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Educação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016. Disponível em: https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/1960/1/DISSERTA_O_MICHELE_NO_1633208249.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Você sabe o que é acessibilidade atitudinal?**, 2024. Disponível em : <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/voce-sabe-o-que-e-acessibilidade-atitudinal> . Acesso em: 12 jan. 2025.

GOMES, Andrea Ferreira. **Inclusão Educacional: a experiência do projeto alvorada no instituto federal de Rondônia**. 2023. 56 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia Campus Porto Velho Calama, Porto Velho, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14354761. Acesso em: 12 fev. 2022.

MAIA, Ivana Márcia Oliveira; PAIVA, Anselmo Cardoso; PEREIRA, Ana Beatriz Soares; SILVA, Matheus Alberto Menezes; SILVA, Matheus Gabriel Monteles; MENDES, Kleyciane Dutra. Identificação de barreiras físicas em ambientes escolares. **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 6, n. 6, p. 33311-33324, 2020. Brazilian Journal of Development. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n6-041>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10992>. Acesso em: 12 mar. 2025..

OLIVEIRA, Luana de; SOUSA, Dandara Queiroga de Oliveira. Barreiras de Acessibilidade da Educação Física Escolar: um olhar para a inclusão da pessoa com deficiência. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2023, [Si]. **Anais [...]**. Recife: Realize Editora, 2023. v. 1, p. 1-11. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_COMPLETO_EV174_MD1_ID14716_TB3451_05122022064005.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

PASETO, Carolina; GLASMEYER, Henrique; COSSI, João; GONSALVES, Marcela Bourroul. **Panorama da educação profissional e tecnológica na Amazônia brasileira**. 2024. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/panorama-da-educacao-profissional-e-tecnologica-na-amazonia-brasileira>. Acesso em: 04 fev. 2025.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Rdbci: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 53-66, 10 jul. 2012. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v10i1.1896>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 12 jan. 2024.

RIBEIRO, Joana da Costa. **Em busca de acessibilidade pedagógica como estratégia para a inclusão de alunos com TEA**. 2020. 26 f. TCC (Graduação) - Curso de Especialização em Transtorno do Espectro do Autismo, Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35941/1/TCC%20ARQUIVAMENTO%202021.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

RIBEIRO, Solange Lucas. ACESSIBILIDADE PARA A INCLUSÃO NA ESCOLA: princípios e práticas. **Sitientibus**, [S.L.], n. 44, p. 79-98, 7 dez. 2022. Universidade Estadual de Feira de Santana. <http://dx.doi.org/10.13102/sitientibus.vi44.8694>. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/8694>. Acesso em: 12 fev. 2025.

RODRIGUES, Ricardo Allan de Carvalho; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Contribuições aos saberes em inclusão escolar dos profissionais que atuam nos NAPNEs. **Scientiatec**, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 43-57, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/3814/2848>. Acesso em: 12 mar. 2021.

RODRIGUES, Ricardo Allan de Carvalho; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. A empatia como saber em inclusão escolar para formação continuada dos profissionais da educação especial nos IFs. **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 10, n. 6, p. 1-21, 10 jun. 2024. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv10n6-024>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/70340>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SANTOS, Vanilza Valentim dos; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. NAPNE e os desafios para uma Educação Inclusiva nos Institutos Federais. **Transmutare**, Curitiba, v. 9, n. 18051, p. 1-20, dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/18051>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em jul. 2022.
Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em jul. 2022.

SILVA JÚNIOR, Genival Gomes da. **Materiais Didáticos para o Ensino de Química**: especificidades para os estudantes com o transtorno do espectro autista (tea). 2021. 111 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/4051>. Acesso em: 07 fev. 2025.

SOUZA, Elizângela Aparecida. **Evasão e Desafio da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Instituto Federal de Rondônia IFRO Campus Porto Velho Zona Norte**. 2022. 79 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Educação, Educação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/4098/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL REPENSANDO MITOS CONTEMPORÂNEOS, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2014, [S.l.]. **Anais do Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos**. [S.l.]: Unicamp, 2024. v. 1, p. 1-10. Disponível em: <https://www.iar.unicamp.br/publionline/simpac/www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/download/4389/4389-Texto%20do%20artigo-12010-1-10-20191214.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 1-18, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0196>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/nccRhD3yhzFM8HwjGjvYCdv/>. Acesso em: 03 fev. 2025.